



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ATA NÚMERO 293/XII/3.ª SL

Aos 3 dias do mês de julho de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10h00

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª (GOV)
- Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos:

- 10h00 Banco de Portugal
- 11h30 Associação Portuguesa de Bancos
- 17h00 Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

16h30

1. Apreciação e votação das atas n.º 289, 290 e 291, referentes às reuniões de 25, 26 e 27 de junho, respetivamente.
2. Ponto de situação das atividades do Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias.
3. Ponto de situação das atividades do Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação (alteração de legislação).
4. Ponto de situação das atividades do Grupo de Trabalho – Crédito à habitação de pessoas com deficiência.
5. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Senhor Secretário de Estado das Finanças sobre a privatização dos restantes 30% dos CTT.
6. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Sr. Governador do Banco de Portugal sobre a situação no BES.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 371/XII/3.^a, de iniciativa da Junta de Freguesia de S. Mamede Infesta e Sr^a da Hora – Pretendem que a 2^a Repartição de Finanças do Concelho de Matosinhos não seja encerrada.
Relator: Senhor Deputado Fernando Barbosa (CDS-PP).
8. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 406/XII/3.^a, de iniciativa de Benjamim Manuel da Silva Pereira: Pretende que o benefício fiscal previsto no Decreto-Lei n.º 134/2003, de 28 de junho, seja extensivo às entidades cuidadoras de animais.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
9. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.
10. Distribuição da Conta Geral do Estado – 2013.
Autor do Relatório: cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
11. Outros assuntos.

10h00

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos:

10h00 Banco de Portugal

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos dando as boas vindas à delegação do Banco de Portugal, enquadrando a audição no âmbito dos trabalhos da Comissão de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a \(GOV\)](#). De seguida, deu a palavra ao Dr. Amaral Tomás, membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal, que efetuou uma alocução inicial sobre o diploma em apreço.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Afonso Oliveira (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Banco de Portugal intervindo para responder, em conjunto, às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Afonso Oliveira (PSD), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Banco de Portugal respondido, conjuntamente, às questões colocadas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Banco de Portugal as informações prestadas. Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

11h30 Associação Portuguesa de Bancos

O Senhor Presidente reiniciou, de imediato, os trabalhos, dando as boas vindas à delegação da Associação Portuguesa de Bancos (APB), enquadrando a audição no âmbito dos trabalhos da Comissão de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª \(GOV\)](#). De seguida, deu a palavra à APB para uma alocução inicial.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Afonso Oliveira (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Banco de Portugal intervindo para responder, em conjunto, às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Afonso Oliveira (PSD), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a APB usado da palavra para responder, conjuntamente, às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo à APB a presença e os esclarecimentos prestados. Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão recordou, adicionalmente, a preocupação da COFAP, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, com o acompanhamento do setor financeiro e da sua estabilidade, considerando tratar-se de um 'bem público', e que, compreendendo as regras de sigilo bancário estatuídas por lei, invocadas pelo Banco de Portugal, dificilmente se poderia compreender que a Comissão não possa ter acesso a determinadas informações, que em simultâneo surgem nos meios de comunicação social.

Os trabalhos foram, de seguida, interrompidos, e retomados às 16h30.

16h30

1. Apreciação e votação das atas n.º 289, 290 e 291, referentes às reuniões de 25, 26 e 27 de junho, respetivamente.

As [atas n.º 289, 290 e 291](#), referentes às reuniões de 25, 26 e 27 de junho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

2. Ponto de situação das atividades do Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias.

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias](#), deu nota do início recente dos trabalhos do Grupo de Trabalho, estando em falta as audições ao setor financeiro, a agendar a breve trecho, com vista à conclusão célere do processo legislativo. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sublinhou a necessidade de conclusão da apreciação das iniciativas ainda antes da interrupção dos trabalhos parlamentares.

3. Ponto de situação das atividades do Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação (alteração de legislação).

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação \(alteração de legislação\)](#), deu nota da conclusão iminente dos trabalhos do Grupo de Trabalho, de votação indiciária das iniciativas, com vista à remessa para o plenário da Comissão.

O Senhor Presidente recordou que, sobre as iniciativas em apreço, seria profícuo procurar construir um texto de substituição com vista a uma única alteração da Lei em apreço.

4. Ponto de situação das atividades do Grupo de Trabalho – Crédito à habitação de pessoas com deficiência.

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Crédito à Habitação de pessoas com deficiência](#), deu nota da apresentação de propostas de alteração às iniciativas legislativas em apreciação, com vista à sua análise e remessa para o plenário da Comissão a tempo de proceder à votação final global a 10 de julho.

5. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Senhor Secretário de Estado das Finanças sobre a privatização dos restantes 30% dos CTT.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o Requerimento dando nota da sua fundamentação. Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), que recordou a audição regimental da Senhora Ministra das Finanças e da sua equipa, na semana anterior, onde o tema poderia ter sido analisado, tendo o requerente considerado que se justificaria uma audição autónoma. Foi ainda colocada a questão de ter sido apresentado um requerimento semelhante numa outra Comissão, tendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), subscrevendo o presente requerimento, dado conta que o requerimento apresentado noutra Comissão, pelo BE, trata de aspetos distintos, um referente a processos de privatização, o outro quanto a aspetos empresariais e económicos. Não havendo intervenções adicionais, o Requerimento foi votado e rejeitado com os votos contra de PSD e CDS-PP e favoráveis de PS, PCP e BE.

6. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Sr. Governador do Banco de Portugal sobre a situação no BES.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o Requerimento dando nota da sua fundamentação e do histórico recente sobre esta matéria, recordando a importância do tema, publicamente assumida pela Comissão. Em sede de debate, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) subscreveu o requerimento, suscitando dúvidas quanto ao que poderia ser adiantado em sede de audição, e informando da apresentação de um requerimento com vista à audição da CMVM sobre o Grupo Espírito Santo, matéria em que este último regulador já tinha efetuado diversas diligências públicas. Interveio, de seguida, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que reiterou a importância do tema, questionando a possibilidade de esclarecimentos públicos adicionais. O Senhor Presidente, recordando as deliberações da Comissão e as diligências desenvolvidas pela Mesa, propôs suspender a votação do requerimento e entretanto proceder a diligências adicionais junto do Banco de Portugal, proposta aceite pelos Grupos Parlamentares.

7. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 371/XII/3.ª, de iniciativa da Junta de Freguesia de S. Mamede Infesta e Srª da Hora – Pretendem que a 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Matosinhos não seja encerrada.

Relator: Senhor Deputado Fernando Barbosa (CDS-PP).

O Senhor Deputado Fernando Barbosa (CDS-PP), relator da [Petição n.º 371/XII/3.ª](#), apresentou o relatório sobre a aludida Petição, recordando as pretensões dos peticionários, as diligências desenvolvidas e as conclusões propostas. Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD), que saudou o relator e recordou o Programa Aproximar, de descentralização de políticas públicas, em curso, após o que, não existindo intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade.

8. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 406/XII/3.ª, de iniciativa de Benjamim Manuel da Silva Pereira: Pretende que o benefício fiscal previsto no Decreto-Lei n.º 134/2003, de 28 de junho, seja extensivo às entidades cuidadoras de animais.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 406/XII/3.ª](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado como relator o Senhor Deputado António Gameiro (PS).

9. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

O Senhor Presidente efetuou um ponto de situação das petições pendentes em Comissão, reiterando a necessidade de conclusão da tramitação das petições com prazo legal de tramitação concluído.

10. Distribuição da Conta Geral do Estado – 2013.

Autor do Relatório: cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Presidente deu nota do envio à Assembleia da República, pelo Governo, da Conta Geral do Estado referente a 2013, nos termos estatuídos na Lei de Enquadramento Orçamental, cabendo à COFAP a sua apreciação, termos em que o Grupo Parlamentar do PSD indicou como relator da CGE o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente recordou o envio à Comissão do Relatório Anual de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras, referente a 2013, tendo a Comissão deliberado, atentos os trabalhos parlamentares e os vários processos legislativos em curso, apreciar o mesmo no início do mês de setembro.

Em matéria de processo legislativo em curso, foi fixada a data de 8 de julho, pelas 21h00, para a apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 232/XII/3.ª \(GOV\)](#) – *Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal*, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, na reunião da Comissão de 9 de julho.

Analogamente, foi fixada a data limite de 8 de julho, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª \(GOV\)](#) – *Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos*, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, na reunião da Comissão de 9 de julho.

Foi, por fim, deliberado apreciar, na reunião da Comissão de 9 de julho, a conclusão da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 236/XII/3.ª \(GOV\)](#) – *Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto*.

Por fim, a Comissão analisou o processo de apreciação pública da [Proposta de Lei n.º 239/XII/3.ª \(GOV\)](#) – *Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos*, tendo intervindo o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) que, suscitando dúvidas e dando nota da existência de acórdãos contraditórios do Tribunal Constitucional sobre esta matéria, considerou que, sendo a Assembleia da República o órgão legislador, deveria ser promovida a devida consulta pública, propondo para tal o prazo mínimo de 20 dias. Usou, de seguida, da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que defendeu a inexistência de dúvidas quanto à obrigatoriedade de consulta pública do diploma, não obstante ao prazo de 20 dias, ainda que defendesse um prazo superior. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), por seu turno, subscreveu a intervenção



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

anterior quanto à obrigatoriedade de apreciação pública. Nestes termos, o Senhor Presidente deu nota que a apreciação pública seria, de imediato, proposta à Senhora Presidente, nos termos legais e regimentais aplicáveis, sendo agendada para a reunião da Comissão de 9 de julho a deliberação quanto à metodologia de apreciação da iniciativa em Comissão.

Não se registando outros assuntos, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos.

17h00

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos:

17h00 Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

O Senhor Presidente reiniciou, de imediato, os trabalhos, dando as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e enquadrando a audição no âmbito da conclusão das audições de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª \(GOV\)](#). De seguida, deu a palavra ao Senhor Secretário de Estado, que efetuou uma intervenção inicial.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Afonso Oliveira (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado intervindo para responder, em conjunto, às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado usado da palavra para responder, conjuntamente, às diferentes intervenções.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Secretário de Estado a presença e os esclarecimentos prestados e recordando o prazo para apresentação de propostas de alteração à iniciativa em apreço. Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada às 19:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Palácio de São Bento, 3 de julho de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Hugo Velosa
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pimpão
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos